

José Carlos Martins: “Os enfermeiros nunca deixam de ser enfermeiros e de exercer”

18 Setembro, 2025



Há cinco anos, inaugurámos esta rubrica da Enfermagem em Foco com uma entrevista de perfil a José Carlos Martins. Hoje, voltamos a ele.

À frente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses desde 1990, José Carlos Martins foi um dos enfermeiros na génese da sua criação, fruto do seu espírito combativo e do ímpeto de acabar com injustiças.

Está a meio de um novo mandato como Presidente do SEP, em tempo de mudanças da geopolítica internacional e da viragem à direita do Parlamento nacional, ainda no rescaldo de uma pandemia com particular impacto nos enfermeiros e de um movimento sindical inorgânico, cujas consequências ainda hoje se fazem sentir, na profissão e em si mesmo.

Quisemos, por isso, fazer o ponto de situação. Saber o que mudou, o que tem continuidade, que desafios e que oportunidades se desenham. O que se projeta. Sempre com um plano, e com determinação, porque não é possível avançar de outra forma.

Há cinco anos, José Carlos Martins definiu-se como “um gajo honesto, trabalhador e empenhado”. E hoje, mantém-se o mesmo?

Foste entrevistado há cinco anos para o *Perfil* da revista, ainda pré-Covid-19, e queríamos começar por aí:

perguntar se és a mesma pessoa que eras nessa altura e, se não és, porquê.

No essencial, diria que não estou muito diferente. Obviamente, estamos mais velhos.

Do ponto de vista sindical, o Covid-19 foi um momento difícil, tivemos de engendrar novas estratégias, sobretudo de contacto, ligação e dinâmica sindical, mas penso que foi ajustada a um tempo próprio. Esse tempo passou. É certo que apurámos algumas táticas de gestão da comunicação, utilizando mais os meios à distância. Utilizamos hoje uma coisa que praticamente não usávamos, as reuniões online, os *webinars*. E é notório que as pessoas mantêm alguns resquícios na sua vida diária.

E tu, Zé, sem ser o sindicalista?

Não noto alterações substanciais que decorram disso. Mais um ou outro défice, decorrente de algumas circunstâncias pessoais, mas nada mais.

O tema de capa desta edição é sobre a saúde mental dos enfermeiros. Falando ainda do Covid-19, a pandemia teve um impacto significativo na saúde mental dos profissionais de saúde, em geral, e também dos enfermeiros. Que leitura fazes do estado atual da saúde mental?

Há estudos recentes que apontam vários elementos de diagnóstico da situação de saúde mental dos enfermeiros. Estamos num quadro difícil que não decorre só do Covid-19.

A primeira questão de fundo tem a ver com as condições de trabalho, desde logo, as internas. Os enfermeiros não se sentem suficientemente valorizados face aquilo que é o seu papel, junto das pessoas e no seio das organizações.

Hoje, na área hospitalar temos um perfil de doentes que exigem muito mais presença, contacto, que exigem maior disponibilidade para as intervenções de enfermagem da parte dos enfermeiros, e o número de enfermeiros continua insuficiente. As intervenções de enfermagem são mais demoradas, por serem doentes mais idosos, que apresentam muitas comorbilidades e que exigem múltiplas intervenções.

Os enfermeiros são em número muito insuficiente. E agora ainda mais, face a este quadro de exigência das pessoas que acorrem à área hospitalar, com o ritmo de trabalho ainda mais acelerado, não têm tempo para fazer o que sabem, o que desejavam, e aquilo a que os utentes têm direito que fosse feito, que é estar mais tempo com eles, cuidando. São mais frequentemente interrompidos, há mais exigências do ponto de vista da organização e do funcionamento dos serviços e até as novas formas de organização do trabalho não facilitam que os enfermeiros se sintam confortáveis, bem e felizes no seu exercício profissional.

Por outro lado, mantemos as questões de fundo de sempre. O trabalho por turnos, o trabalho noturno, também tem impacto naquilo que é a vida social e a vida familiar dos enfermeiros. A acrescentar a isto, apesar de os anos passarem, continuamos uma profissão extremamente jovem, com 90% de mulheres, com as suas responsabilidades também enquanto mães, com uma enormíssima dificuldade na gestão da vida pessoal, familiar e profissional. Tudo isto somado, do ponto de vista mental, é um desgaste muito grande. Aliás, há estudos que apontam para o *burnout* e outras sintomatologias catalogadas na área da saúde mental.

Na área dos cuidados de saúde primários, também há défice de enfermeiros face aos que seriam necessários. Eu diria que se percebe que, em cuidados de saúde primários, pode haver maior desenvolvimento de frustração do que no contexto hospitalar. São problemas que temos que ver, no Sindicato também, que respostas, soluções e medidas apresentamos para, junto com o Ministério da Saúde, ultrapassarmos essas dificuldades.

Consideras que há uma sensibilidade maior, por parte das instituições, para este problema?

Não nos chegam ecos disso. Há estudos, há abordagens sobre isto, mas, depois, na gestão do dia a dia, não há consideração por estes aspetos.

Os enfermeiros têm responsabilidades de gestão, quer a nível estratégico ou de administração, ou em termos operacionais; sentem uma pressão enormíssima para que a organização funcione de forma regular, de forma a dar resposta, e não há elementos, não há medidas, em torno de resposta a estas problemáticas.

Falando de saúde mental, considerando que és o Presidente do SEP, gostaríamos de usar-te como exemplo de um equilíbrio saudável. Como é uma semana na tua vida, além do trabalho no Sindicato?

Eu faço muito pouco. (risos)

A família está em ponto número um, esse é o meu foco, o meu ponto de referência a todos os níveis. Depois, continuo, como julgo que terei referido há cinco anos, com o *hobby* de fim de semana. Aos fins de semana, esqueço-me da enfermagem e dos enfermeiros, pelo meu envolvimento num projeto de agricultura sintrópica, agroflorestal. Produzo alimentos sem agroquímicos há 15 anos. Esse é o meu escape.

Para além desse, só tenho um outro, que é a participação numa associação cultural onde, ao fim de semana, principalmente domingos, se juntam idosos, para cavaquear e jogar às cartas e outros jogos tradicionais.

Isso não é em Lisboa.

Não, é em Coimbra. Lá estou, a servir umas buchas e uns copos e a conversar. E, como é óbvio, a fazer muita consulta de enfermagem. (risos)

É inevitável. Estamos a falar de pessoas acima dos 60, 70 e 80 anos, com várias comorbilidades, com várias doenças e, como está ali o enfermeiro, é mais um momento para trocar opiniões e pedir conselhos, de tudo e mais alguma coisa.

São estes os dois escapes organizados, de forma regular, que tenho.



Foste reeleito há cerca de dois anos. Que avaliação fazes do mandato, até agora, e o que gostarias que ainda acontecesse até ao final?

Foi operacionalizado o Decreto-Lei n.º 80-B/2022 sobre a contagem dos pontos. Entendemos que esse decreto-lei não expressava a solução para nenhuma das situações de injustiça relativa e, por isso, não fizemos acordo. Essas injustiças vieram a ser demonstradas no terreno, em termos de operacionalização. Foram necessárias perguntas e respostas à ACSS, inúmeras intervenções e pressões do SEP junto do Ministério da Saúde e das administrações de entidades, para continuar a resolver problemas sobre contagem de pontos porque o diploma ou não clarificava ou deixava margem para duplas interpretações. Tanto assim é que, ainda hoje, decorrido este tempo, ainda permanecem alguns resquícios de problemas relacionados com a contagem dos pontos e onde vamos continuar a intervir.

Essa foi uma. A outra foi, ainda neste âmbito dos pontos e de injustiças, a correção das injustiças de enfermeiros que tinham sido promovidos a categorias superiores, nomeadamente chefes e especialistas, supervisores, responsáveis pela formação em serviço até 2010. Conseguimos esse resultado, conseguimos que o Ministério corrigisse essas situações.

A terceira foi a eliminação das posições intermédias, que só terá aplicação a partir de 2026, com o novo Orçamento de Estado. Os efeitos retroativos vão apenas a novembro de 2024, mas, apesar de tudo, é uma solução para o futuro. Os enfermeiros vão ter de ser, de novo, reposicionados nas posições certas, desde junho de 2019.

Por último, outra grande conquista foi o direito a retroativos, entre 2018 e 2021. Finalmente, o Tribunal Constitucional, em torno de um processo, veio proferir um acórdão com o entendimento que o SEP sempre escreveu, expressou, afirmou junto de tudo quanto foi entidade, administrações, ACSS, Ministério da Saúde, tribunais, Provedor da Justiça, grupos parlamentares. O Tribunal Constitucional veio sufragar o nosso entendimento, finalmente. Isso quer dizer que, agora, é uma questão de tempo. Ou o Ministério emite orientações para terem esse entendimento do Decreto-Lei n.º 80-B/2022 e pagar retroativos, ou então nós avançaremos pela via dos tribunais e dificilmente tribunais inferiores terão divergência ou assumirão interpretação diversa daquela que já foi sufragada pelo Tribunal Constitucional.

Portanto, foram dois anos um pouco intensos, mas com resultados em torno destas matérias. Também conseguimos que abrissem concursos e vamos continuar a exigir isso, até porque a admissão de enfermeiros é inferior face às dotações seguras. E continuam a haver enfermeiros a sair, o que significa que ainda não se sentem suficientemente valorizados para permanecerem no SNS.

E prioridades, até ao fim do mandato?

Temos três ou quatro matérias que estão em cima da mesa. Desde logo, e à cabeça, esta questão de terminar com as injustiças que persistem em relação à não contagem de pontos.

Há instituições que não emitiram declarações a quem passou por recibos verdes, e através de empresas com vínculo precário para colegas que trabalharam noutras instituições com vínculo precário e as instituições em que agora estão não lhes contam os pontos e os retroativos. Essa é uma das questões que permanece, mas não vamos nunca desistir daquilo que é justo e essa será uma das nossas prioridades para o novo Governo.

Depois, temos mais um outro grande domínio, que é mantermos uma linha de valorização dos enfermeiros e iremos voltar à carga com isso.

Na compensação do risco e da penosidade, a questão de fundo é termos formas de irmos para a aposentação mais cedo e com condições mais favoráveis e valorizar o trabalho por turnos e o trabalho noturno. Relacionado

com isto, mais dias de férias, com harmonização para os colegas com Contrato Individual de Trabalho CIT. Ainda persistem cerca de 10 a 12 instituições em que os CIT não têm o mesmo número de dias de férias dos colegas com Contrato de Trabalho em Funções Públicas, nem os que exercem na saúde mental e oncologia têm as mesmas condições que os seus colegas em Contrato de Trabalho em Funções Públicas têm.

Há ainda uma linha de valorização económica. Achamos que a valorização que ocorreu em novembro de 2024, com efeitos em janeiro 2026 e janeiro 2027, é insuficiente e voltaremos à carga pela exigência de uma nova grelha salarial e que incluirá outras matérias.

Desde logo, uma questão que, desde 2009, vínhamos a defender e que agora foi considerada para outros profissionais de saúde. Os nossos enfermeiros especialistas, após término dos seus cursos de especialização, obtêm o título pela Ordem dos Enfermeiros, título esse que reconhece e certifica que os enfermeiros têm essas competências específicas/especializadas. Se os enfermeiros têm as competências, estão a exercê-las, isso significa que o valor económico do seu trabalho tem de ser superior logo no mês seguinte. Isso não é compaginável com aguardar a abertura de concursos, que está condicionada a duas coisas: que haja vagas no mapa de pessoal, que haja orçamento e só 25% dos enfermeiros de todas e qualquer instituição é que podem chegar a essa categoria de especialista. Neste quadro, é justo que se, após a obtenção do título, os enfermeiros exercem as funções, têm de ganhar como tal. O que quer dizer que iremos exigir um quadro legal que garanta que os enfermeiros, após obtenção do título de enfermeiro especialista, passem a auferir por níveis remuneratórios da categoria de enfermeiro especialista. E continuaremos a exigir que os colegas que tinham título de enfermeiro especialista, em 31 de maio de 2019, e que não transitaram para a categoria – porque na altura não recebiam o dito suplemento remuneratório -, que transitem, porque é uma injustiça. E ainda a correção de injustiças que decorrem da própria carreira.

Iremos apresentar um caderno reivindicativo rumo a um entendimento com estas matérias, e mais algumas.

Uma delas será a reivindicação da integração do ensino de enfermagem no subsistema universitário. Como vê esse caminho, que vai ser necessário fazer e liderar, apesar de ser uma competência da Ordem?

A questão da integração do ensino de enfermagem no subsistema universitário é um objetivo estratégico e vital para a afirmação e desenvolvimento da profissão, a médio e longo prazo. Até hoje, a não integração dos enfermeiros no sistema universitário não teve, de forma objetiva, grandes repercussões, mas, rapidamente, e talvez agora de forma mais acelerada, se não conseguirmos esse passo, vamos ter sérias repercussões. Porquê? Porque as atuais necessidades de saúde e a sua evolução exigem, com muita clareza, a organização de equipas multiprofissionais mais amplas, mais próximas das pessoas e que garantam respostas 24 horas por dia.

As necessidades de saúde das pessoas, que se acentuam de forma crescente, são mais complexas hoje, as pessoas têm vários problemas. Para responder a mais problemas, tem de haver mais conhecimento organizado em disciplinas/profissões, do psicólogo, do enfermeiro, do nutricionista, da assistente social, do médico, de vários. Tem de haver diagnóstico e, depois, todos eles têm de desenhar um plano integrado para responder à multiplicidade de problemas que as pessoas têm. Esse plano de resposta à pessoa concreta tem de integrar o conhecimento específico dos profissionais de cada área. Um dos papéis do enfermeiro será fazer com que esse plano aconteça com aquela pessoa concreta, que leve à prática o desenvolvimento desse plano, que o monitorize, que acompanhe, que avalie, que, em função da evolução da pessoa concreta, referencie de novo para essa múltipla gama de profissionais.

Ora, todos os profissionais que participam ou que potencialmente participarão nestas equipas multiprofissionais saem hoje com o mestrado integrado, o que quer dizer que têm condições de fazer diagnósticos, de acordo com as suas disciplinas, e desenhar planos de intervenção. Os enfermeiros são dos que não estão nessas condições, o que quer dizer que, se nós não caminhamos para a integração no sistema universitário, se a nossa formação inicial não der um salto em termos de grau académico de saída, significa que não estaremos em condições de

paridade com os outros para conceber e estabelecer diagnóstico de enfermagem e passamos, de novo, a executores do que outros concebem. Para que a enfermagem se continue a afirmar e a desenvolver, no quadro daquilo que é, hoje, a multiplicidade das profissões de saúde, essa integração é um claro objetivo estratégico.

Qual o plano para atingir este objetivo é uma questão que teremos de construir. É um quadro complexo porque o foco da conquista não é um foco central da intervenção sindical porque tem a ver com o Ministério do Ensino Superior e com as organizações profissionais, como a Ordem dos Enfermeiros, e outras organizações sociais. Portanto, no plano, temos de desenhar um quadro de alianças muito amplo no âmbito da profissão, com os estabelecimentos de ensino, à cabeça. Não é simples, mas é algo a que nos devemos atirar agora.

Tivemos agora eleições, após um ano de legislatura. Como achas que esta instabilidade política acaba por afetar o movimento sindical? Achas que a nova composição do Parlamento vai dificultar a concretização do trabalho sindical?

O novo quadro político-sindical está mais complexo e difícil, ou seja, as condições políticas, económicas e sociais, em que a dinâmica dos enfermeiros e do Sindicato se vai desenvolver, nos próximos tempos, são mais difíceis. Porque é que o qualificamos assim? Para além das questões internacionais, que têm um profundo impacto no país, das questões geopolíticas e as consequências que decorrem, inclusive, das guerras que estão em curso e outras que, eventualmente, vão emergir, há as questões da guerra comercial, com impactos económicos grandes, como se está a constatar. Neste cenário todo, há ainda a questão da procura de armamento, em termos europeus, que vai fazer deslocar recursos económicos nos orçamentos para a área da guerra, da defesa, o que quer dizer que os recursos para outras áreas, funções sociais do Estado, área social, serviços públicos, terá impacto. Teremos que fazer esse debate, e esse combate, no tempo certo, que está em andamento.

Para além das questões internacionais, no quadro pós-eleições aqui, no nosso país, o complexo e o mais difícil tem a ver com duas coisas.

O Governo toma posse decorrente do partido que ganhou e que apresentou um determinado programa eleitoral. Há um conjunto de opções políticas – desde logo, a política de saúde – em consonância com o programa do Governo que já lá estava, que é o mesmo, e com um conjunto de medidas anunciadas e com as quais não estamos de acordo. A persecução da gestão privada, quer por grupos económicos privados, quer por misericórdias, é para acelerar, bem como o desenvolvimento de USF modelo C, e outras linhas. Isso quer dizer que vamos assistir a um emagrecimento da capacidade de resposta do SNS, a médio prazo, ainda que o Governo atual, e o futuro, continue a afirmar que o SNS é um pilar do sistema, mas depois as medidas concretas não apontam para o reforço ou para a manutenção desse pilar. Portanto, nesta dimensão política, o quadro é mais difícil.

Em termos económicos, estamos perante um quadro de estagnação do crescimento à escala europeia para onde vai o nosso grande mercado exportador, com défices orçamentais médios acima dos 3%, o que não augura nada de bom para o nosso crescimento, nem para os serviços sociais nem para os trabalhadores. Tudo isto nos coloca mais complexidades e mais dificuldades.

Depois, na Assembleia da República, o quadro está mais difícil porque os partidos ditos de esquerda que, apesar de tudo, têm medidas e opções políticas que valorizam mais o mundo do trabalho, estão muito mais enfraquecidos. Significa que, estes partidos à esquerda, por si só, não fazem passar medidas legislativas que promovam o mundo do trabalho sem o acordo da AD ou do Chega. Inclusivamente, o facto de a direita ter a maioria de dois terços levanta questões complicadíssimas, já em cima da mesa, como a eventual alteração da Constituição ou da Lei de Bases da Saúde, que, apesar de a qualificar como muito ajustada a uma linha mais progressista, sobretudo porque eliminou a competição entre setores, privado, público e social, colocou o SNS, de facto, como o pilar do sistema de saúde português, em cooperação com os outros e não em competição. Essa Lei de Bases da Saúde não impediu o desenvolvimento de USF de modelo C e de parcerias. Não há nenhuma razão,

nada, que justifique o futuro Governo alterar a Lei de Bases da Saúde, mas a Assembleia da República tem condições, nesta dinâmica política, de poder vir a alterá-la.

Apesar desta complexidade e deste quadro político-sindical mais difícil, isto também encerra desafios interessantes e oportunidades, como sempre a história nos diz. A questão que se coloca ao Sindicato dos Enfermeiros Portugueses vai ser a sua direção ter o engenho e a arte de fazer boas análises do quadro político-sindical, dos momentos e das conjunturas, para aproveitar oportunidades, com vista à solução dos problemas com que os enfermeiros estão confrontados.

Tencionas liderar uma lista aos corpos gerentes quando este mandato acabar?

Não faço ideia alguma, sinceramente, até porque as minhas condições pessoais, ligadas à situação de saúde, estão a dificultar-me um bocadinho a disponibilidade total para a minha atividade. Portanto, vamos ver e vamos avaliando, no final logo se verá.

Pelas nossas contas, há mais ou menos 35 anos que és sindicalista. Sempre foi uma vocação tua?

Desde muito jovem, sempre tive muita dificuldade em lidar com situações de injustiça e, quando confrontado com situações de injustiça, muita dificuldade em ficar calado e nada fazer. Isto começou a ter expressão logo no final do secundário, no movimento estudantil, na associação de estudantes.

Quando cheguei à enfermagem, estamos a falar do ano 1984, face ao que existia na altura, a organização, o funcionamento, a direção e a gestão das escolas, e o papel dos alunos, também me envolvi perante as injustiças e sem ficar calado. Envolvi-me de forma muito intensa no movimento estudantil de enfermagem, na criação da associação de estudantes e depois da FNAEE [Federação Nacional de Associações de Estudantes de Enfermagem], no início.

Quando ingressei no mundo do trabalho, e porque era tarefeiro, com vínculo precário, e porque não tínhamos férias nem subsídio de refeição e ganhávamos abaixo dos nossos colegas do Magistério Primário, dos professores primários e dos assistentes sociais, que tinham uma formação idêntica à nossa, foi precisamente no primeiro ano e meio de trabalho que começámos, alguns enfermeiros, alguns mais jovens e outros com mais experiência, a germinar a intervenção sindical.

Na altura, estávamos ligados a um outro sindicato, o Sindicato dos Enfermeiros do Centro, e rapidamente vimos que não havia condições para concorrer às eleições. Portanto, tentámos germinar uma alternativa, ou criarmos um novo sindicato na região centro ou juntar-nos ao Sindicato dos Enfermeiros do Sul, que tinha uma linha reivindicativa, de reunir com os colegas, de apresentar propostas, de fazer greves e manifestações para pressionar os governos a darem resposta. Íamos tendo conhecimento dessa linha por colegas de curso que trabalhavam na área sul e pela revista sindical. O Sindicato dos Enfermeiros do Sul reuniu, solicitámos isso à Enf. Maria Augusta e à Enf. Isabel Sanchez, que eram as dirigentes. Elas acharam interessante, colocaram isso à direção e isso originou o SEP, de âmbito nacional.



Tiveste de deixar de exercer enfermagem, a determinada altura. Quando é que isso aconteceu?

Eu deixei de estar em contexto clínico, mas eu acho que os enfermeiros nunca deixam de ser enfermeiros e de exercer. Não exerço desde os anos 90, em contextos de prática de enfermagem.

Tens saudades?

Às vezes, tenho. Embora goste muito do que faço e esteja há muitos anos afastado, às vezes, ainda me passa pela cabeça voltar. Porque, apesar de toda a inovação que houve, sobretudo, nos dispositivos de suporte à prestação de cuidados, os fármacos, os dispositivos médicos, os registos de atividade, alguns elementos de organização e funcionamento, o foco e o essencial do que é ser enfermeiro não mudou, que é estar e cuidar das pessoas. Outra coisa, são técnicas que evoluíram, são procedimentos que se inovaram e dispositivos de suporte, mas isso rapidamente se integra. O resto é estar, falar e cuidar das pessoas. Por isso é que digo que, mesmo não estando em contexto clínico, continuamos a fazer isso.

Se algum dia escrevesse as tuas memórias, o que é que tinha de ficar mesmo registado?

Três ou quatro coisas. Ficaria registado o envolvimento na criação do Sindicato. Ficaria registado tudo o que, como enfermeiro, como sindicalista, aprendi com os dirigentes sindicais que estiveram ao mesmo tempo que nós, como a Maria Augusta, como a Isabel Sanchez, como muitos outros, com os quais muito aprendemos.

Ficaria uma série de conquistas estruturantes para a profissão, a revisão de carreira, o regulamento do exercício profissional, a Ordem dos Enfermeiros, a integração da enfermagem no ensino superior. Isso ficaria registado, obrigatoriamente.

Ficaria também registado, pela negativa, os movimentos inorgânicos que tivemos em 2017-2018. Aí, não tivemos a clareza, em determinados momentos conjunturais, para responder a esses movimentos que, depois, desembocaram em algumas exigências e soluções que se traduzem, a esta distância, a um retrocesso para a enfermagem que vamos demorar a mudar, sobretudo em termos de carreira de enfermagem, do desenho da trajetória profissional dos enfermeiros numa organização, por conta de um empregador público, que garanta desenvolvimento profissional, desenvolvimento salarial, onde as pessoas se sintam reconhecidas e valorizadas. Foi um retrocesso que demoraremos dez, quinze anos a reconquistar, mesmo com os passos que já temos conseguido, mas que são ainda insuficientes.

Há assim alguma história mais emotiva, um momento mais difícil?

O momento mais difícil foi nesse quadro de 2017, 2018, 2019, que culminou com as ditas greves cirúrgicas. Do ponto de vista pessoal, a mais difícil foi a manifestação de enfermeiros frente à sede do Sindicato, com o envolvimento de diferentes organizações, nomeadamente a própria Ordem.

Do ponto de vista emocional, havia um grande envolvimento da enfermagem nas greves cirúrgicas; não era necessário o SEP decretar a greve para que a greve cirúrgica acontecesse, porque a greve estava decretada por outros sindicatos. Mas foi muito difícil porque nós, convictamente, entendíamos que era um mau meio para atingir resultados, como se veio a confirmar. Foi muito difícil para a estrutura SEP, os dirigentes, os delegados e os ativistas estarem à margem, a forma como eram olhados pelos colegas que estavam a desenvolver a greve cirúrgica. Penso que essa foi das fases mais difíceis que se passaram no Sindicato.

Já pensas na reforma?

Claro. (risos)

Como todos os enfermeiros que têm hoje 60 anos, penso que, se mantivéssemos os 57 anos de idade como ponto de acesso à reforma, já estaria hoje em casa. Mas, sinceramente, não é uma questão que me preocupe muito, como ainda estou muito envolvido na conquista de soluções para os problemas dos enfermeiros. Claro que estou a atingir essa fase, mas não é uma questão que me preocupe neste momento. Quando chegar, chegou. Depois, continuarei, nesse novo quadro. Claro que nunca deixarei de participar, do ponto de vista da cidadania, nas coisas que terei de participar, e continuarei com o meu *hobby* da agricultura sintrópica e agroflorestal.

O sindicalismo não tem tanta adesão hoje, entre as gerações mais novas. Como é que vês isso e como é imaginas o SEP daqui a 20 anos?

É uma boa questão.

Há bocadinho não referi, mas o que estas eleições têm, como questão de fundo, é muito clara. Os partidos, no nosso país, foram assumindo de forma alternada o governo, o PSD e o PS. Estes partidos, ao longo dos anos em que foram assumindo a governação, não deram resposta efetiva aos problemas das pessoas. No concreto, nós hoje temos níveis elevadíssimos de pobreza, temos desigualdades sociais e económicas brutais, no acesso à escola pública, desigualdades e iniquidades, portanto, as pessoas, hoje, não vivem bem. A sua aspiração era que os seus inúmeros problemas, de salários, de habitação, por diante, tivessem resposta. E não tiveram. Pelo contrário, na última década até se foram aprofundando. As pessoas chegaram a um momento, já muito visível no último ato eleitoral, em que não acreditam nestes partidos e diversificaram a sua votação. Os enfermeiros, também, ao longo destes anos todos, continuam a não ver respostas justas para os seus problemas concretos. Isto é válido para o futuro governo. Ou seja, os enfermeiros estão inseridos na população geral do país. Se, de facto, os ditos partidos da social-democracia querem manter alguma predominância ou hegemonia, na condução do país, têm de dar saltos nas soluções concretas e efetivas dos problemas das pessoas e, neste caso, também dos enfermeiros.

Ora, os jovens enquadram-se neste quadro de falta de solução dos seus problemas, mas, depois, há uma multiplicidade de fatores que influencia a sua não adesão a causas. Os movimentos em tornos das causas, há vários, múltiplos, mas não temos causas enormes organizadoras dos jovens. Há dificuldade em participarem em organizações sociais e, dentro destas, ainda mais das sindicais. Este é o diagnóstico da situação.

A questão que se coloca é o que temos de fazer para trazer estes jovens e acho que só há uma via que é falar, é discutir, é agregar, para ver como os conseguimos envolver, num quadro muito mais complexo, de individualismo, com todos esses fatores que influenciam essa linha de menor intervenção dos cidadãos e, neste caso, dos jovens.

O Sindicato daqui a 20 anos. Eu acho que os que estão, e os que estarão na estrutura do Sindicato, vão encontrando as melhores formas no sentido de continuar a desenvolver e ampliar o sindicalismo e o SEP. Por isso, eu estou em crer que, daqui a 20 anos, vai continuar a haver um Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, com dinâmicas possivelmente muito diferentes, com meios muito diferentes.

O que eu quero dizer é isto: daqui a 20 anos, quem trabalha, e também os enfermeiros, vão continuar com vários problemas. Problemas na esfera da sua vida pessoal e na sua área laboral, na sua esfera de exercício enquanto enfermeiros. Vai haver enfermeiros organizados, que se juntam para lutar pela melhoria dessas condições de vida e de trabalho e de exercício. Não sei se vão continuar a chamar-se sindicatos, mas o ponto é esse. Ninguém é insubstituível. Quando uma geração sai, isto não morre e acaba, as coisas mudam, as coisas evoluem e transformam-se. Isto nunca vai cair no vazio. É garantido que, daqui a 20 anos, vai continuar a haver organização social por quem trabalha, que continua, de forma organizada, com planos, com estratégias, com objetivos, a pugnar pela melhoria das suas condições de vida, utilizando, naturalmente, outros meios, disponíveis à data.

Há cinco anos, perguntámos que três palavras usarias para te descrever. Quais dirias hoje?

Resiliente, determinado e planificador, não consigo trabalhar sem um plano.

E porquê?

Resiliente porque os meus princípios e valores determinam que não desista nem vá abaixo em função das conjunturas. Portanto, independentemente das conjunturas, melhores ou piores condições, importa é continuar a combater para conquistar soluções. Mas se não fosse isso já me tinha ido embora. Aliás, vários de nós que ainda cá estão hoje, temos essa característica de sermos resistentes.

Depois, determinado. Depois de tudo pensado e refletido e ouvido e discutido, há a determinação para atingir o objetivo, independentemente da gestão tática de geometria variável. Muita clareza nos objetivos a atingir.

Tudo isto requer plano. Eu tenho muita dificuldade em fazer coisas sem plano. Com os anos, tenho muita mais dificuldade em passar ao papel o plano que tenho na cabeça. Nos últimos quatro ou cinco anos, isso é muito clarinho. Aliás, após os movimentos inorgânicos. Acho que isso teve um impacto, cá no fundo.

Há cinco anos, disseste honesto, trabalhador e empenhado. E determinado, muito determinado. Não queres acrescentar nada?

Não. Só dar os parabéns ao Sporting.



A edição 126 da “Enfermagem em Foco” está disponível [aqui](#).